





REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO FÁBRICA CULTURAL REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2019

CAPÍTULO I Da Denominação, Natureza, Objeto, Sede e Duração

- Art. 1º Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO FÁBRICA CULTURAL, ou pela forma abreviada "FÁBRICA CULTURAL", fica instituída esta associação, sociedade civil sem fins lucrativos, e que se regerá por este ESTATUTO e pelas normas legais pertinentes.
- Art. 2º A FÁBRICA CULTURAL terá sua sede e foro na cidade de Salvador, à Praça General Osório, nº 33, Largo da Ribeira, CEP: 40.420-260 Salvador- BA, podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da federação, bem como no exterior.
- Art. 3º O prazo de duração da ASSOCIAÇÃO é indeterminado.
- Art. 4º A FÁBRICA CULTURAL tem como objeto social apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através de atividades sociais, culturais, educacionais e ambientais.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO Para a consecução de suas finalidades, a FÁBRICA CULTURAL poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:
- I a criação de outras associações em outras regiões do país e do exterior, inclusive através da mobilização de entidades governamentais e organizações não-governamentais nacionais e internacionais:
- II execução de programas de qualificação profissional do trabalhador de forma geral e a inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho, através da educação, do resgate de conhecimentos tradicionais, do artesanato local, municipal, estadual e nacional, do saber científico, da democratização e acesso à tecnologia de informação;
- III promoção da geração de trabalho e renda comunitário, através do ensino de práticas produtivas cooperativistas e associativistas de valor cultural e/ou econômico;
- IV fomento de ações (sociais, culturais, econômicas) que contribuam para manter viva a memória cultural popular relacionada com os usos, costumes e tradições da diversidade cultural brasileira, promoção da arte e da cultura, de espetáculos, shows, artes visuais, gastronomia, culinária, defesa, conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico e a área da economia criativa em geral;
- V promoção de intercâmbio com entidades científicas, de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos:
- VI execução de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante concessão, permissão ou autorização de exploração de radiodifusão comunitária de acordo com a legislação específica;

VII - promoção de assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza;

VIII – promoção gratuita da educação e da saúde, incluindo prevenção de HIV-AIDS, DST consumo de drogas;

Sparguy

Pozvert



IX - preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção ao desenvolvimente sustentável, através da educação, realização de eventos e ações gerais para o meioambiente:

ébora Caroline

- X promoção do voluntariado, de criação de estágios e colocação de mão de obra qualificada no mercado de trabalho;
- XI experimentação, auto sustentável, de novos modelos sócios-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- XII promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos do povo negro, do segmento LGBTI+, da mulher, do jovem e da criança, assessoria jurídica gratuita e do combate à todo o tipo de discriminação por gênero, por orientação sexual, racial e social, bem como o trabalho forcado e infantil;
- XIII promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais:
- XIV produção, publicação, edição, distribuição e divulgação de livros, revistas, vídeos, fotos, discos, exposições e programas de radiodifusão, entre outros, que envolvam materiais correlatos às suas atividades:
- XV distribuição e venda de produtos e materiais da própria instituição ou de terceiros que tiverem relação com suas atividades;
- XVI promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- XVII promoção de atividades que fomentem a cultura e as artes, e promovam o incremento de renda de artistas:
- XVIII promoção e incentivo ao artesanato baiano e brasileiro, e criação de canais para a sua comercialização:
- XIX execução de contrapartidas sociais nas ações, a exemplo de tarifas sociais, ações educacionais, sociais, culturais e que visem o respeito e a promoção da cultura e dos Direitos Humanos.
- PARÁGRAFO SEGUNDO A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.
- Art. 5° A FÁBRICA CULTURAL não se envolverá em questões religiosas, políticopartidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO II Dos Associados, seus Direitos e Deveres

- Art. 6° A FÁBRICA CULTURAL é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas ou jurídicas, classificados nas seguintes categorias: efetivos, colaboradores e beneméritos.
- Art. 7º São associados efetivos as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade.
- Art. 8º São associados colaboradores as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento, legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da FÁBRICA CULTURAL.



- Pébora Caroline Batista Passos Art. 9º - São considerados associados beneméritos pessoas ou instituições que, por teres prestado relevantes contribuições ou serviços que se coadunem com os objetivos da ASSOCIAÇÃO, mereçam esta distinção por regozijo ou por reconhecimento, a juízo da Diretoria e por esta convidados a integrarem o quadro de associados.
- Art. 10 Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da FÁBRICA CULTURAL, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pelo Vice Presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A admissão de novos associados, de qualquer categoria, será decidida pela Assembléia Geral, mediante proposta de associados efetivos ou da Diretoria.

Art. 11 - São direitos dos associados:

- I participar de todas as atividades associativas:
- II propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- III apresentar propostas, programas e projetos de ação para a FÁBRICA CULTURAL;
- IV ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;
- V votar e ser votado para qualquer cargo eletivo da FÁBRICA CULTURAL. Os Associados Colaboradores apenas terão direito a votar e serem votados se estiverem em dia com suas contribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO - os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 12 - São deveres dos associados:

- I observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade:
- II cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da FÁBRICA CULTURAL e difundir seus objetivos e ações;
- III comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembléia Geral.
- Art. 13 Será excluído do quadro de associados da FÁBRICA CULTURAL o associado que adotar atitudes prejudiciais ou danosas, moral ou materialmente, à ASSOCIAÇÃO, aos seus objetivos e suas atividades.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A exclusão do associado prevista neste Artigo somente ocorrerá mediante proposição da Diretoria aprovada pela maioria absoluta dos votos dos associados presentes a assembléia com este tema em pauta, garantido o direito à ampla defesa do associado excluído.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o associado a ser excluído esteja exercendo cargo de administração na ASSOCIAÇÃO, para formalização do procedimento previsto neste Artigo, deverá ser convocada uma Assembléia especifica para sua destituição, nos termos da legislação brasileira



PARÁGRAFO TERCEIRO – Da decisão que determinar a exclusão do associado, sempre ocaberá recurso à Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da intimação da decisão e devidamente protocolizado junto à Diretoria.

PARÁGRAFO QUARTO – Será, ainda, excluído do quadro de associados da FÁBRICA CULTURAL o sócio que assim o desejar, bastando, para tanto, apresentar solicitação expressa e por escrito à Diretoria.

CAPÍTULO III Dos Órgãos Sociais e Administrativos

Art. 14 - A FÁBRICA CULTURAL exercerá suas funções através dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Seção I Das Assembléias Gerais

Art. 15 - A Assembléia Geral é o órgão máximo da Associação e é constituída de todos os associados com direito a voto, em pleno gozo de seus direitos sociais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 1 (uma) vez por ano,

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Assembléia Geral será convocada, ordinária e extraordinariamente, pelo Presidente ou por associados que representem, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados integrantes dos quadros sociais do INSTITUTO.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de e-mail ou ofício com protocolo de recebimento enderecada(o) a todos os sócios, e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

PARÁGRAFO QUARTO – Independentemente das formalidades acima, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecer a integralidade dos associados.

Art. 16 - Compete à Assembléia Geral:

- I apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- II nomeação ou destituição dos membros que compõem a Diretoria;
- III nomeação dos membros do Conselho Fiscal;
- IV deliberar sobre a admissão de novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos;
- V deliberar sobre a reforma e alterações do Estatuto;
- VI deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio;
- VII deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 17 - As reuniões da Assembléia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com quorum mínimo de 50% (cinqüenta por cento), e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número de associados presentes e suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

REG. DE TÍTULOS E DOC.
1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHIA
REGISTRO / AVERBAÇÃO
3 4 0 3 8 - 1 3 -

A

Dogwert &



Pebora Caroline Batista Passoci Art. 18 - Para alteração do presente estatuto e destituição dos membros da Diretoria e de Conselho Fiscal, será exigido o quorum especial de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto, sendo que a Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim somente será instalada, em primeira convocação, com a presença da 50% (cinquenta por cento) dos associados, e, em segunda convocação, com 1/3 (um terco) dos associados.

Parágrafo único: O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois tercos) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com 1/3 (um terço) dos associados.

Art. 19 - O associado poderá se fazer representar nas reuniões de Assembléia Geral por procurador, desde que este seia também associado, ou advogado com poderes específicos. e que o respectivo instrumento de mandato seja entregue à mesa diretora antes de qualquer votação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Cada procurador presente à Assembléia Geral poderá representar apenas 1 (um) associado.

Art. 20 - Das reuniões da Assembléia Geral serão lavradas atas, em livro próprio, as quais deverão ser assinadas pelos membros da mesa e pelos associados presentes.

Secão II Da Diretoria

Art. 21 - A Diretoria será composta de 2 (dois) membros, pessoa física ou jurídica, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 04 (anos) anos, podendo ser reeleitos por igual período, sucessivamente, com a designação de Presidente e Vice Presidente.

Art. 22 - Compete privativamente ao PRESIDENTE:

- I representar a FÁBRICA CULTURAL ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado;
- II coordenar e dirigir as atividades gerais específicas da FÁBRICA CULTURAL;
- III celebrar convênios e realizar a filiação da FÁBRICA CULTURAL a instituições ou organizações congêneres, por delegação do Presidente;
- IV representar a FÁBRICA CULTURAL em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;
- V encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanco anual;
- VI contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da FÁBRICA CULTURAL:
- VII elaborar e submeter aos sócios efetivos o orçamento e plano de trabalho anual;
- VIII propor aos associados efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;
- IX propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção da FÁBRICA CULTURAL observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;



- Debora Caroline Batista Passos Escrevente Autorizada X - adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembléia Geral;
- XI elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional da FÁBRICA CULTURAL, e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembléia Geral;
- XII convocar o Conselho Fiscal, sempre que julgar necessário;
- XIII exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.
- XIV contratar em nome da ASSOCIAÇÃO pessoa física ou jurídica para o exercício das atividades de organizações associativas à cultura e à arte visando harmonizar as necessidades da ASSOCIAÇÃO para atingir os seus objetivos.
- Art. 23 Fica facultado ao PRESIDENTE nomear procuradores em nome da ASSOCIAÇÃO, associados ou não, pessoas físicas ou jurídicas, com poderes específicos para exercer os poderes previstos no Artigo 22 supra, com mandato válido até a data de encerramento do mandato do PRESIDENTE que outorgou a procuração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedado a qualquer membro da DIRETORIA ou a qualquer associado praticar atos de liberalidades às custas da ASSOCIAÇÃO.

- Art. 24 São atribuições do Vice-Presidente:
- I Substituir a Presidente em seus impedimentos e assumir a presidência da Associação. em caso de vacância temporária do cargo:
- II Exercer todas as atividades que lhe forem atribuídas pela Presidente.

Secão III Do Conselho Fiscal

- Art. 25 O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros efetivos e 01(um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por igual período pela mesma forma prevista no artigo 16, inc. III do presente estatuto.
- Art. 26 Compete ao Conselho Fiscal, ou se for o caso, aos Auditores Externos:
- I Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da FÁBRICA CULTURAL, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- II Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da FÁBRICA CULTURAL, sempre que necessário;
- III Comparecer, quando convocados, às Assembléias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;
- IV Opinar sobre a dissolução e liquidação da FÁBRICA CULTURAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Conselho Fiscal só será instalado, e seus membros convocados, se a FÁBRICA CULTURAL não contratar auditores externos, ou se assim exigir, através de maioria simples, a Assembléia Geral.



CAPÍTULO IV Do Patrimônio e Sua Destinação



- Art. 27 O patrimônio da FÁBRICA CULTURAL será constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras.
- Art. 28 A FÁBRICA CULTURAL não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A FÁBRICA CULTURAL não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante eventuais doadores ou subventores.

CAPÍTULO V Do Regime Financeiro

- Art. 29 O exercício financeiro da FÁBRICA CULTURAL encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.
- **Art. 30** As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembléia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO VI Da Qualificação

- Art. 31 À FÁBRICA CULTURAL não é permitida a distribuição de rendas, bonificações ou vantagens e sua renda será aplicada integralmente na manutenção e na continuidade do desenvolvimento de suas finalidades e na remuneração de profissionais e especialistas necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento de seus trabalhos.
- Art. 32 No caso de dissolução, aprovada a sua extinção pela Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 15, proceder-se-á o levantamento do seu patrimônio líquido que será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente o mesmo.
- Art. 33 A FÁBRICA CULTURAL em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.
- **Art. 34** O conselho fiscal ou órgão equivalente, terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.
- Art. 35 A FÁBRICA CULTURAL observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:
- I A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão":

REG. DE TÍTULOS E DOC.
OFICIO - SALVADOR - BAHIA
REGISTRO / AVERBAÇÃO
3.4 [] 3.8 - 1.3 -

S



Débora Caroline Batista Passos II - Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão:

III - A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento.

Art. 36 - É vedada a FÁBRICA CULTURAL, a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 37 - Visando a qualificação da entidade, ela pode:

- I Realizar convênios com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras, com o intuito de conjugar os recursos para a consecução de seus objetivos;
- II Promover os meios e recursos necessários para a realização dos interesses da entidade:
- III Contratar serviços de profissionais no limite de suas possibilidades financeiras, para dar apoio na área de educação, cultura, meio-ambiente, assistência social, etc;
- IV Celebrar termos de colaboração e de fomento e acordo de cooperação, contratos, convênios, com instituições públicas e privadas, que estejam em consonância com os objetivos da Entidade e das Leis 13.019/14 e 13.204/15.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este estatuto está em consonância com as Leis as Leis 13.019/14, 13.204/15, 13.151/2015 e o Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a FÁBRICA CULTURAL em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 39 - As disposições contidas no presente estatuto poderão, quando necessárias, ser alteradas ou suprimidas, sempre que: houver justificado motivo no interesse da associação ou para atendimento a normas legais, e se farão mediante a convocação de seus associados, por meio da Assembléia Geral Extraordinária, na forma que dispõe este estatuto.

Salvador/BA, 24 de julho de 2019

Margareth Menezes da Purificação Costa

Presidente

REG. DE TÍTULOS E DOC. 1º OFÍCIO - SALVADOR - BAHI REGISTRO / AVERBAÇÃO 34038-13

Yolanda de Aquino Nogueira

Secretária

Natalete Oliveira da Silva

Advogada OAB/BA 37759